



CONTROLADORIA GERAL INTERNA



AUDITORIA - NOTA TÉCNICA

I - FISCALIZAÇÃO

Processo: 014/2019
Inexigibilidade: 001/2019
Páginas Processo: 64
Departamento: Cultura, esporte, lazer e turismo.
Ordenador de Despesa: Júnia Célia Carolino Xavier
Valor estimado da Licitação: R\$ 43.000,00

II - OBJETO

Trata-se de inexigibilidade de processo licitatório, para a contratação de Show Artístico com a Banda Axé Bahia para animação no Carnaval 2019 em atendimento ao Departamento Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo.

III - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1.988 (Art.31, Art. 70 a 74)
Lei Nº 8.666 de 21 de junho de 1.993
Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2.002
Lei Nº 4.320 de 17 de março de 1.964
Lei Complementar Nº 101 de 04 de maio de 2.000
Plano Plurianual vigente
Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias vigente
Lei Orçamentária Anual vigente
Decreto Federal Nº 7.892 de 23 de janeiro de 2.013
Instrução Normativa Controle Interno Municipal Nº 005 de 02 de outubro de 2.017
Instrução Normativa Tribunal de Contas de Minas Gerais Nº 08 de dezembro de 2.003
Decisão Normativa Tribunal de Contas de Minas Gerais Nº 02 de 26 de outubro de 2.016.

IV – METODOLOGIA

As auditorias preventivas em processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades, são realizadas confrontando aspectos técnicos e legais, utilizando-se de ferramentas como o chek list de acompanhamento, instruções normativas do Tribunal de Contas e instruções normativas da Controladoria Interna. Cada ponto técnico é verificado e apontado na Nota Técnica, que é incorporado ao processo. Após emissão desta nota, o ordenador de despesa é comunicado sobre os itens que podem ser acertados ou corrigidos, dando o direito ao contraditório. Após verificação do ordenador de despesa, as correções ou alterações recomendadas pelo Controle Interno podem ser vistas posteriormente a este documento. A Controladoria também opina referente aos dados contábeis, financeiros, viabilidade da compra e outros. Este parecer é estritamente técnico e não jurídico.

V – RESUMO

Levando em consideração os documentos que constam nos autos até a presente data e o parecer jurídico exarado, atesta-se que o processo administrativo encontra-se revestido das formalidades legais, devidamente autuado, protocolado, numerado.



CONTROLADORIA GERAL INTERNA



O objeto do certame deve estar previsto e devidamente adequado a alguma diretriz da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), do respectivo exercício, cumprindo o disposto no art. 165, da CF/88. Ressalta-se que as orientações feitas pelo advogado parecerista devem ser observadas para o prosseguimento bem sucedido do certame licitatório.

VI – PONTOS DE AUDITORIA

Quanto aos aspectos para a abertura do certame, verifica-se que o processo administrativo encontra-se devidamente autuado, protocolado, numerado e rubricado, nos termos do art. 38 da lei 8.666/93.

Consta contrato de exclusividade que comprova que a Empresa Tropicaldense LTDA é detentora do contrato da Banda Axé Bahia em todo território nacional e fora dele.

Foi demonstrado para o artista a crítica especializada ou de público. Foram apresentadas comprovações de reconhecimento regional.

A autoridade competente justificou a necessidade da contratação.

Frisa-se que o objeto deste certame deve estar previsto em uma das diretrizes da LDO 2019, cumprindo o disposto no art. 165, da CF/88 e no Art. 7º, §2º, IV, da lei 8.666/93.

Consta no processo portaria de nomeação da comissão permanente de licitação (fl.54 a 55).

Consta o documento de reserva de dotação (fl. 59) e de autorização da autoridade competente para a abertura do processo à fl. 52, conforme art. 38, caput, da Lei nº 8.666/93.

Consta parecer jurídico (fls. 63), opinando pela inexigibilidade de licitação para do objeto em análise, pelo enquadramento fático à previsão do artigo 25 da lei 8666/93, desde que observadas todas as condições previstas em lei.

VII – CONCLUSÃO

Após análise técnica do processo, concluímos que os itens técnicos e formais foram atendidos.

Barra Longa, 27 de fevereiro de 2019.


Izoleta Mendes Coura
Controladora Geral



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP: 35.477-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE

Considerando, que o presente processo encontra-se de conformidade com a Legislação Pertinente (art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93), e com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO o Processo Licitatório nº 014/2019 - INEXIGIBILIDADE nº 001/2019, a favor da empresa TROPICALDENSE LTDA EPP, CNPJ 03.922.369/0001-40, detentora dos direitos autorais da banda "Axé Bahia", No valor de R\$43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Após cumpridas as formalidades de praxe, publique-se e cumpra-se.

Barra Longa, 27 de fevereiro de 2018.

ELÍSIO PEREIRA BARRETO
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que foi afixado cópia deste **DESPACHO DE INEXIGIBILIDADE**, no quadro de avisos do saguão da prefeitura (local de publicação dos Atos do Executivo), em 27/02/2019.

Valdimara Mol Romano
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP: 35.477-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



ATO DE ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 014/2019 - Inexigibilidade nº 001/2019

No uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Federal no 8.666/93, de 21.06.93 e suas alterações posteriores, com fundamento no art. 43, inciso VI, **ADJUDICO**, para os efeitos legais, o processo licitatório sublinhado, por atender em seu todo a legalidade e mérito como vislumbra-se de seu bojo, para tanto, convocando-se o adjudicatário para ultimização das formalidades de praxe na conformidade da legislação vigente:

CONTRATADA: TROPICALDENSE LTDA EPP

CNPJ: 03.922.369/0001-40

VALOR TOTAL: R\$43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Barra Longa, 27 de fevereiro de 2019.

ELÍSIO PEREIRA BARRETO
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que foi afixado cópia deste extrato de adjudicação, no quadro de avisos do saguão da prefeitura (local de publicação dos atos do Executivo), em 27/02/2019.

Valdemara Mol/Romano
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP: 35.477-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



ATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 014/2019 - Inexigibilidade nº 001/2019

No uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Federal no 8.666/93, de 21.06.93 e suas alterações posteriores, com fundamento no art. 43, inciso VI, **HOMOLOGAÇÃO**, para os efeitos legais, o processo licitatório sublinhado, por atender em seu todo a legalidade e mérito como vislumbra-se de seu bojo, para tanto, convocando-se o adjudicatário para ultimização das formalidades de praxe na conformidade da legislação vigente:

CONTRATADA: TROPICALDENSE LTDA EPP
CNPJ: 03.922.369/0001-40
VALOR TOTAL: R\$43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Barra Longa, 27 de fevereiro de 2019.

Elísio Pereira Barreto
Prefeito Municipal

Certifico que foi afixado cópia deste extrato de homologação, no quadro de avisos do saguão da prefeitura (local de publicação dos Atos do Executivo), em 27/02/2019.

Valdimara Mol/Romano
Presidente da CPL



PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA

CEP: 35.477-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS



RATIFICAÇÃO

Considerando, que o presente processo encontra-se de conformidade com a Legislação Pertinente (art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93), e com arrimo no parecer jurídico, *RATIFICO* o Processo Licitatório nº **014/2019** como INEXIGIBILIDADE nº **001/2019**, a favor da empresa TROPICALDENSE LTDA EPP, CNPJ 03.922.369/0001-40, detentora dos direitos autorais da banda “Axé Bahia”, No valor de R\$43.000,00 (quarenta e três mil reais).

Após cumpridas as formalidades de praxe, publique-se e cumpra-se.

Barra Longa, 27 de fevereiro de 2019.

Elísio Pereira Barreto
PREFEITO MUNICIPAL

Certifico que foi afixado cópia desta RATIFICAÇÃO, no quadro de avisos do saguão da prefeitura (local de publicação dos Atos do Executivo), em 27/02/2019.

Valdimara Mol Romano
Presidente da CPL